

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

SUMÁRIO

1.	OBJETIVO	4
2.	DEFINIÇÕES.....	4
3.	POLÍTICA.....	5
4.	ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS	6
5.	ANEXOS	6

PREFÁCIO

TÍTULO

Política de Distribuição de Dividendos

UNIDADE GESTORA

Gabinete de Governança - Gabin

UNIDADE(S) CORRESPONSÁVEL(IS)

Não se aplica

ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR

Revisão geral

RELAÇÃO COM OUTROS NORMATIVOS

Não se aplica

REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

Lei nº 6.404, de 15.12.1976

Lei nº 13.303, de 30.6.2016

Decreto nº 2.673, de 16.7.1998

Decreto nº 8.945, de 27.12.2016

Estatuto Social da Emgea, aprovado na 27ª Assembleia Geral Extraordinária, de 13.3.2025

Resolução do Conselho de Administração - Ata nº 207, de 27.7.2017, e Voto CA nº 28, de 19.7.2017

Resolução do Conselho de Administração - Ata nº 234, de 31.10.2019, Nota Técnica nº 456 - Sucoi, de 2.10.2019

Resolução do Conselho de Administração - Ata nº 258, de 28.10.2021, Nota Técnica nº 262 - Gabin, de 13.10.2021

Resolução do Conselho de Administração - Ata nº 284, de 7.12.2023, Nota Técnica nº 473 - Gabin, de 24.11.2023

Resolução do Conselho de Administração nº 25/2025 - Ata nº 302, de 26.6.2025, Nota Técnica SEI nº 2/2025/Gegov/Gabin/Presi - Processo nº 10034.005551/2025-92

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

Não se aplica

NORMATIVOS REVOGADOS

Versão anterior

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

1. OBJETIVO

1.1 Definir diretrizes para a distribuição de dividendos pela Emgea.

2. DEFINIÇÕES

2.1 **DIVIDENDOS** - parcela do lucro líquido das empresas sociedades que é distribuída aos acionistas como remuneração, observando-se às disposições legais e aprovação pela Assembleia de Acionistas e observando-se os seguintes princípios:

- a) **ECONOMICIDADE** - promover os resultados esperados com o menor custo possível, sem comprometer os padrões de qualidade e celeridade;
- b) **EFICIÊNCIA** - realizar o ato de gestão com presteza, perfeição e rendimento funcional;
- c) **EQUIDADE** - tratar todas as partes interessadas de maneira justa, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, como indivíduos ou coletivamente, motivando-se pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade, sem distinção de qualquer natureza;
- d) **FINALIDADE** - realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- e) **IMPESSOALIDADE** - praticar ato de gestão para o seu fim legal, ou seja, aquele que a norma de direito indica como objetivo do ato, de forma impessoal;
- f) **LEGALIDADE ADMINISTRATIVA** - executar suas tarefas à luz do ordenamento jurídico e às exigências do bem comum, em razão da supremacia da lei, não podendo, em nenhuma hipótese, atuar contra eles, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilização disciplinar, civil e criminal, conforme o caso;
- g) **MORALIDADE** - observar, nos atos, os conceitos do que é legal ou ilegal, justo ou injusto, conveniente ou inconveniente, oportuno ou inoportuno e honesto ou desonesto;
- h) **PROBIDADE ADMINISTRATIVA** - agir com honestidade, rigor e respeito às leis e à ética;
- i) **PUBLICIDADE** - divulgar atos, informações e documentos disponíveis para conhecimento público; e
- j) **TRANSPARÊNCIA** - disponibilizar o acesso a informações completas, precisas e claras sobre o funcionamento e os negócios da Empresa, incluindo práticas de governança e desempenho econômico-financeiro.

- 2.2 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) - juros pagos aos sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido do Balanço;
- 2.3 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO - lucro líquido do exercício, menos os valores destinados às reservas legal e de contingência;
- 2.4 RESERVA DE CONTINGÊNCIA - reserva constituída quando há expectativa de perda provável e estimável, cujo fato gerador esteja pendente de ocorrer no futuro;
- 2.5 RESERVA LEGAL - retenção obrigatória, pela legislação societária, de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

3. **POLÍTICA**

3.1 A Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea:

- I. apura anualmente o resultado do exercício social findo;
- II. estabelece, em seu Estatuto Social, critérios para a distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio;
- III. assegura à União, proprietária do capital social da Empresa, dividendos sobre o lucro líquido ajustado ou juros sobre o capital próprio;
- IV. destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social, para o pagamento de dividendos;
- V. submete a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a parcela relativa ao pagamento de dividendos, à aprovação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- VI. publica no Diário Oficial da União e no seu sítio eletrônico (www.emgea.gov.br), a destinação do lucro do exercício, incluindo a parcela relativa ao pagamento de dividendos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da aprovação pela Assembleia Geral;
- VII. paga dividendos ou juros sobre o capital próprio em até 60 (sessenta) dias após a aprovação, pela Assembleia Geral, da destinação do lucro do exercício, ou em prazo específico, definido pela Assembleia Geral;
- VIII. considera, para efetuar o pagamento dos dividendos, a existência de disponibilidade de recursos financeiros;
- IX. diante de eventual inexistência de disponibilidade de recursos financeiros para efetuar o pagamento dos dividendos, submete a situação à apreciação do Conselho Fiscal, para emissão de parecer;
- X. em caso de inexistência de disponibilidade de recursos financeiros para efetuar o pagamento, atestada pelo Conselho Fiscal, provisiona como reserva especial para dividendos o valor relativo aos dividendos devidos no exercício;
- XI. efetua o pagamento dos dividendos provisionados como reserva especial assim que a condição financeira da Empresa permita a sua efetiva distribuição;

- XII. aplica, sobre os valores dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, a partir do encerramento do exercício social e até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, encargos financeiros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, nos termos da legislação em vigor;
- XIII. pode, mediante decisão do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, imputar ao valor destinado a dividendos o valor da remuneração paga ou creditada a título de juros sobre o capital próprio;
- XIV. por decisão do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, pode declarar dividendos intermediários, com base no resultado apurado no decorrer do exercício ou à conta de reserva de lucros.

3.2 Esta Política deve ser revista no mínimo a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente, sempre que mudanças circunstanciais ou estratégicas demandem alterações.

4. **ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS**

4.1 Este Normativo está arquivado digitalmente na Plataforma Sei e no Sistema de Documentos da Emgea - Sisdoc.

5. **ANEXOS**

Não se aplica.